

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO



SEAMA

Secretaria do Estado do Meio
Ambiente e Recursos Hídricos

AGERH

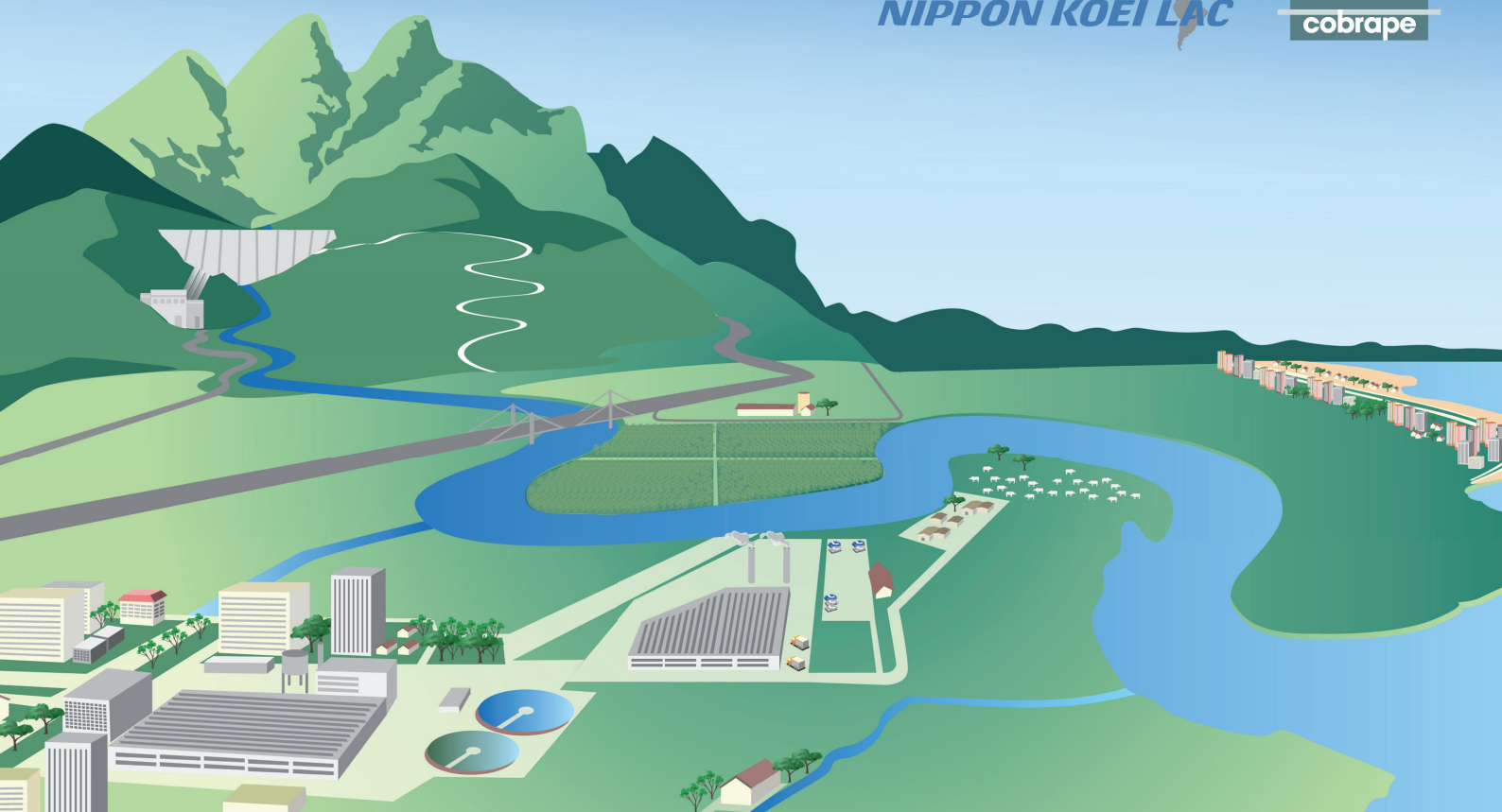
Agência Estadual de
Recursos Hídricos

PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESPÍRITO SANTO **PERHIES**

Produto 2 | Diagnóstico dos Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo -
Relatório sobre Levantamento de Dados (D1)
Revisão 3 | Agosto-2017

NIPPON KOEI LAC

cobrape



SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	2
LISTA DE QUADROS	6
1 APRESENTAÇÃO	7
2 CONTEXTUALIZAÇÃO	8
3 BASE DE DADOS DE INTERESSE	10
4 METODOLOGIA ADOTADA	12
5 BASE DE DADOS OBTIDA E SISTEMATIZADA.....	13
6 LACUNAS DE INFORMAÇÕES	15
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
8 REFERÊNCIAS	17
ANEXO A.....	18
ANEXO B.....	33

LISTA DE SIGLAS

ACC – Acordos de Cooperação Comunitária

AGERH – Agência Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo

AGEVAP – Agência da Bacia do Rio Paraíba do Sul

AMUNES – Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo

ANA – Agência Nacional de Águas

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

ARES – Atlas das Áreas com Potencial de Riscos do Estado do Espírito Santo

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CBH – Comitê de Bacia Hidrográfica

CBH Doce – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce

CEOCREH – Cadastro Estadual de Organizações Cíveis de Recursos Hídricos

CERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos

CEPED/UFSC – Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil da Universidade Federal de Santa Catarina

CESAN – Companhia Espírito Santense de Saneamento

CIRM – Comissão Interministerial para os Recursos do Mar

CNARH – Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos

CNI – Confederação Nacional das Indústrias

CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos

COBRAPE – Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos

CODESA – Companhia Docas do Espírito Santo

COHIDRO – Consultoria, Estudos e Projetos Ltda.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil

CTEM – Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Treinamento, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos

CTEP – Câmara Técnica de Planejamento e Instrumentos de Gestão

DATASUS – Base de Dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

DBO – Demanda Bioquímica de Oxigênio

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ETA – Estação de Tratamento de Água

ETE – Estação de Tratamento de Esgotos

FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul

FUNDAGUA – Fundo Estadual de Recursos Hídricos e Florestais do Espírito Santo

FUNDEMA – Fundo de Defesa e Desenvolvimento do Meio Ambiente

GEOBASES – Sistema Integrado de Bases Geoespaciais do Estado do Espírito Santo

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBIO – Instituto BioAtlântica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEMA – Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves

INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia

IPEADATA – Base de Dados Econômicos e Financeiros mantida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MME – Ministério de Minas e Energia

NKLac – Nippon Koei Lac do Brasil

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PAN-Brasil – Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca

PCH – Pequena Central Hidrelétrica

PAM – Produção Agrícola Municipal

PEGC/ES – Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Espírito Santo

PERH/ES – Plano Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNADC – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PNGC – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro

PNRH – Plano Nacional de Recursos Hídricos

PNSB – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico

PROCOMITÊS – Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas

PROGESTÃO – Pacto Nacional pela Gestão das Águas

PSA – Pagamento por Serviços Ambientais

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SEAG – Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

SEAMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa

SEMA-RS – Secretaria do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Sul

SEP – Secretaria de Estado de Economia e Planejamento do Espírito Santo

SIGERH/ES – Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo

SILCAP – Sistema de Licenciamento e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradadoras do Meio Ambiente

SRTM – *Shuttle Radar Topography Mission*

SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UGRH – Unidades de Gestão de Recursos Hídricos

UHE – Usina Hidrelétrica

UTE – Usina Termoelétrica

VAB – Valor Adicionado Bruto

LISTA DE QUADROS

QUADRO 3.1 - ESQUEMATIZAÇÃO INICIAL DO LEVANTAMENTO DA BASE DE DADOS PARA ELABORAÇÃO DO PERH/ES.....	11
QUADRO A.1 – DADOS DEMOGRÁFICOS, HISTÓRICOS, SOCIAIS E DE INFRAESTRUTURA....	18
QUADRO A.2 – DADOS DE ECONOMIA.....	21
QUADRO A.3 – DADOS DE ENERGIA.....	23
QUADRO A.4 – DADOS DE EVENTOS CRÍTICOS.....	24
QUADRO A.5 – DADOS DE GEOLOGIA, GEOMORFOLOGIA E RELEVO.	25
QUADRO A.6 – DADOS DE MEIO AMBIENTE	26
QUADRO A.7 – DADOS DE RECURSOS HÍDRICOS.....	28
QUADRO A.8 – DADOS DE SANEAMENTO.	31
QUADRO B.1 – PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES RELACIONADAS AOS RECURSOS HÍDRICOS VIGENTES NO ESPÍRITO SANTO E NO PAÍS.....	33

1 APRESENTAÇÃO

Este documento trata do primeiro relatório referente ao *Produto 2: Relatório Técnico sobre Levantamento das Bases de Dados*, o qual pertence à *Etapa 1 do Diagnóstico* do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo – PERH/ES, conforme Contrato Nº008/2016, celebrado entre o Consórcio das empresas Nippon Koei Lac do Brasil –NKLac e a Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos – COBRAPE coma Agência Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo – AGERH.

Este documento tem como objetivo apresentar a sistematização e consolidação da etapa de Levantamento de Dados sobre Recursos Hídricos e, nesse sentido, este relatório apresentará as informações que servirão de base para o desenvolvimento dos futuros produtos a serem entregues, sendo dividido em sete capítulos.

O *Capítulo 2* contextualiza a importância de uma boa base de dados para a consolidação e o andamento dos trabalhos, bem como faz uma breve apresentação do PERH/ES.

O *Capítulo 3* apresenta quais informações foram inicialmente identificadas como necessárias para o desenvolvimento dos estudos e em quais etapas do Plano cada uma delas será útil.

No *Capítulo 4* são descritas as metodologias utilizadas para a obtenção dos dados necessários, para a consolidação e sistematização destes, bem como para a avaliação das lacunas de informações e da possibilidade e formas de obtenção de dados considerados relevantes ao estudo.

O resultado da metodologia aplicada é apresentado de forma objetiva no *Capítulo 5*, com a base de dados consolidada para uso nas etapas posteriores do PERH/ES.

O *Capítulo 6* apresenta as informações consideradas relevantes pelo Consórcio e que não foram obtidas nessa etapa, por falta de disponibilização pela entidade, de resposta a ofício enviado ou alguma outra dificuldade que inviabilizou a coleta dos dados.

No *Capítulo 7* são feitas as considerações finais sobre o levantamento de dados, apontando o nível de consistência obtido nesta etapa do Plano. Vale ressaltar, entretanto, que o levantamento dos dados continua ao longo de todo o Plano, não se restringindo exclusivamente a esta fase.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

A Política Nacional de Recursos Hídricos foi instituída pela Lei Federal nº 9.433/97, baseando-se em fundamentos como os relacionados ao domínio público da água, um recurso natural limitado e dotado de valor econômico, o uso prioritário para consumo humano e dessedentação animal e a atuação por bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento. Ainda no contexto dos fundamentos, ressalta-se a importância da gestão descentralizada e participativa, com participação de Poder Público, Usuários e Comunidades. Essa participação se dá por meio de fóruns como Comitês de Bacias Hidrográficas e Conselhos de Recursos Hídricos.

A Política de Recursos Hídricos instituiu, ainda, instrumentos de gestão como Outorga, Cobrança, Planos, Enquadramento e Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos. Dentre eles, cabe ressaltar os Planos de Recursos Hídricos, elaborados por bacia hidrográfica, por estado e para o País. O Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH elaborado em 2005 e aprovado em 2006 pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabeleceu diretrizes e ações em nível estratégico para o gerenciamento dos recursos hídricos do País. Em nível de bacia hidrográfica, são elaborados os planos de bacia, com caráter local com estudos e propostas localizados e particularizados para aquela superfície específica. Os Planos estaduais de recursos hídricos são instrumentos de planejamento que objetivam indicar alternativas de desenvolvimento dos estados por meio de ações para o fortalecimento do gerenciamento de recursos hídricos, notadamente para a aplicação dos outros instrumentos previstos na legislação.

A Política Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo (Lei nº 10.179/2014) prevê a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH/ES, que visa construir um acordo social e político em bases ambientalmente sustentáveis para orientar o desenvolvimento do Espírito Santo tendo a água como infraestrutura básica. O PERH/ES tem como objetivo desenvolver uma política de utilização racional e integrada dos recursos hídricos, considerando os usos múltiplos da água, bem como contribuir para a conservação e preservação das áreas ambientalmente estratégicas do estado, assim como garantir, em quantidade e qualidade, à atual e às futuras gerações capixabas a necessária disponibilidade das águas superficiais e subterrâneas.

Para cumprir seus objetivos, o PERH/ES deve ser focado na identificação dos desafios e oportunidades das bacias que integram o estado, envolvendo os atores estratégicos durante todo o processo para que os acordos feitos no âmbito da elaboração do Plano

sejam cumpridos e as ações implementadas. Um bom plano é aquele que é efetivamente exequível, ou seja, aquele que apresenta metas e ações compatíveis com a realidade, pactuadas entre os atores e integradas aos demais instrumentos de planejamento setoriais para o Estado.

Em documento publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico– OCDE (2015) sobre a governança de recursos hídricos no Brasil, o órgão caracterizou os Planos de Recursos Hídricos desenvolvidos como sendo “*tigres de papel*” ou promessas a serem cumpridas por outros, afirmando que eles são, em geral, mal coordenados e de fraca efetividade prática devido à falta de capacidade, tanto de implementação quanto de financiamento. Essa análise demonstra a necessidade de uma mudança de paradigma na elaboração dos Planos.

O Consórcio contratado para elaboração do PERH/ES e a AGERH estão alinhados com essa mudança de estratégia na elaboração de um Plano Estadual de Recursos Hídricos, visando aumentar sua efetividade e eficácia prática, contribuindo para o avanço da gestão de recursos hídricos no Espírito Santo. Por este motivo compreende-se que o PERH/ES deva ser elaborado com base em dados, informações e estudos relacionados, direta ou indiretamente, aos recursos hídricos no estado, de modo a compor uma base de dados consistente e atualizada. É esta base de dados que permitirá o andamento adequado do Plano, possibilitando que os objetivos expostos sejam atingidos.

3 BASE DE DADOS DE INTERESSE

Visando realizar a caracterização das informações relevantes sobre os recursos hídricos do Espírito Santo para a elaboração de um Plano Estadual de Recursos Hídricos realista, foram levantados e verificados estudos já existentes para a região, bem como os Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas já elaborados no estado e em bacias limítrofes deste. Esse levantamento é necessário para constituir a formação de uma adequada base de dados e, com isso, empreender um esforço de integração e análise dos dados existentes, bem como a complementação e atualização das informações necessárias à elaboração do PERH/ES, com base em dados secundários.

A definição da base de dados de interesse à elaboração do Plano foi feita visando coletar o maior número de informações úteis sobre os usos da água e as condições de qualidade e quantidade dos recursos hídricos no estado.

A obtenção de dados relativos ao gerenciamento de recursos hídricos no Espírito Santo, citando como exemplos a ocorrência de eventos críticos, monitoramento de qualidade e quantidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, disponibilidade, demandas e balanço hídrico são fundamentais para a caracterização da situação atual e para suporte aos estudos de prognóstico dos recursos hídricos. Essas informações e as análises a serem desenvolvidas darão suporte às etapas seguintes de elaboração de propostas de objetivos, metas, diretrizes e ações de gestão para o PERH/ES.

A base inicial de dados foi definida visando a busca de informações relevantes às diversas etapas previstas para o PERH/ES, as quais são apresentadas no Quadro 3.1. Ressalta-se que esta é apenas uma esquematização preliminar que será aperfeiçoada e complementada ao longo do estudo.

Quadro 3.1 – Esquematização inicial do Levantamento da Base de Dados para elaboração do PERH/ES.

Tema	Tipologia	Descrição	Fontes	Utilização nas Etapas Previstas
Dados demográficos, históricos e sociais	Tabela de dados	Dados censitários de populações totais, urbanas e rurais; dados referentes à educação, saúde e população economicamente ativa; dados econômicos dos municípios que compõem o estado	<i>Federal:</i> IBGE, DATASUS, CAGED, RAIS, IPEADATA; <i>Estadual:</i> IJSN, Secretaria de Estado de Desenvolvimento	Macroproduto 2: Diagnóstico - Etapa 2: Relatório sobre Condicionantes
Uso e ocupação do solo	Vetorial e Tabela de dados	Arquivos georreferenciados sobre os usos e ocupação do solo do estado	<i>Federal:</i> MMA; <i>Estadual:</i> IEMA, GEOBASES	Macroproduto 2: Diagnóstico - Etapa 2: Relatório sobre Condicionantes
Legislações	Arquivos de texto	Legislações federais e estaduais com disposições referentes a recursos hídricos	<i>Federal:</i> ANA, CNRH, MMA; <i>Estadual:</i> Comitês de Bacias Hidrográficas, IEMA, SEAMA, AGERH, CERH	Macroproduto 2: Diagnóstico - Etapa 2: Relatório sobre Condicionantes
Eventos Críticos	Arquivos de texto, Vetorial e Tabela de dados	Dados referentes às inundações e secas registradas no estado, bem como os municípios vulneráveis à desertificação e inundações	<i>Federal:</i> ANA e MMA; <i>Estadual:</i> Defesa Civil <i>Municipal:</i> Prefeituras	Macroproduto 2: Diagnóstico - Etapa 2: Relatório sobre Eventos Críticos
Recursos Hídricos	Vetorial e Tabela de dados	Hidrografia georreferenciada do estado, com identificação dos rios, dados de vazões e regime dos corpos d'água (permanente ou intermitente); dados meteorológicos; cadastro de usuários; dados de estações pluviométricas e fluviométricas; cadastro de poços, dados de produção agropecuária e industrial, informações sobre o abastecimento e esgotamento sanitário dos municípios do estado	<i>Federal:</i> ANA, INMET, CNARH, Hidroweb, DNPM, IBGE, SNIS; <i>Estadual:</i> GEOBASES, AGERH, IEMA, INCAPER, IJSN, CESAN, SAAEs; <i>Municipal:</i> Prefeituras	Macroproduto 2: Diagnóstico - Etapa 2: Relatório sobre os Recursos Hídricos do Estado e Relatório de Balanço Hídrico

FONTE: Elaborado pelo Consórcio.

4 METODOLOGIA ADOTADA

O levantamento de dados para a elaboração do PERH/ES foi iniciado com a busca de informações em bases públicas de dados na *Internet*, tanto em órgãos federais como, por exemplo, a Agência Nacional de Águas (ANA), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); como em órgãos estaduais ou ligados a estes, como a Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH), o Sistema Integrado de Bases Geoespaciais do Estado do Espírito Santo (GEOBASES), o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), entre outros.

A partir dessa atividade foi possível verificar quais os dados tidos como necessários ao Plano não estão disponibilizados ao público em geral. Para a obtenção destes, o Consórcio acordou com a AGERH e elaborou minutas de ofícios para envio aos mais diversos órgãos, solicitando as informações necessárias e em prazos de resposta estimados em, no máximo, 30 dias, visando ao bom andamento do estudo para manter os prazos estabelecidos pelo Termo de Referência e Roteiro Metodológico.

Após o envio dos ofícios pela AGERH, foram realizados contatos telefônicos com as diversas entidades, envio de e-mails e reuniões e visitas técnicas às instituições responsáveis de forma a otimizar a obtenção das informações.

Em paralelo, foram realizadas diversas reuniões com a equipe técnica da AGERH e eventos de reuniões setoriais, além dos seminários de lançamento do PERH/ES e reuniões de mobilização, em que foram também obtidas informações relevantes ao desenvolvimento do Plano.

A base considerada neste relatório trata daquela obtida até a data de 31/05/2017. Vale ressaltar que o levantamento de dados continua até o final do trabalho de elaboração do PERH/ES, uma vez que podem ser obtidas informações mais atualizadas, bem como ser incluídas respostas a outros ofícios e solicitações ainda não recebidas.

De forma a facilitar a análise e consolidação das informações adquiridas, a base de dados foi organizada inicialmente por grandes temas, baseando-se na utilização em cada uma das etapas previstas do Plano. Feita esta sistematização, foram verificados os arquivos quanto ao seu conteúdo e se as informações destes eram suficientes para a elaboração do PERH/ES. Em caso negativo, avaliou-se a necessidade de novas pesquisas e contatos com órgãos responsáveis por informações ainda não disponibilizadas.

5 BASE DE DADOS OBTIDA E SISTEMATIZADA

Por meio da metodologia apresentada, a sistematização da base de dados teve como objetivo consolidar as informações obtidas em instituições públicas e privadas, sobre cada tema, bem como analisar a qualidade dos dados reunidos nesta etapa.

As informações adquiridas focaram em áreas de interesse do Plano, tais como geologia, relevo, solos, hidrogeologia, socioeconomia, cobertura e uso da terra, legislações vigentes no estado e no país, entre outras. Nos Quadros do Anexo A.1 (Quadros A.1.1 a A.1.8) são apresentados os dados técnicos obtidos de forma organizada e divididos de acordo com os temas em que podem ser agrupados, bem como a instituição responsável pela disponibilização da informação. As informações são apresentadas de acordo com a seguinte temática:

- Dados Demográficos, Históricos, Sociais e de Infraestrutura;
- Dados de Economia;
- Dados de Energia;
- Dados de Eventos Críticos;
- Dados de Geologia, Geomorfologia e Relevo;
- Dados de Meio Ambiente;
- Dados de Recursos Hídricos;
- Dados de Saneamento.

O Quadro apresentado no Anexo A.2 mostra as informações referentes aos principais atos legais identificados e de relevância para os estudos a serem desenvolvidos. Dessa forma, o quadro em questão apresenta as informações de legislação segundo a seguinte estrutura:

- Legislação Federal:
 - Leis Ordinárias;
 - Decretos;
 - Resoluções CNRH;
 - Outros Atos.

- Legislação Estadual:
 - Leis Ordinárias;
 - Leis Complementares;
 - Decretos;
 - Resoluções CERH;

- Instruções Normativas IEMA;
- Portarias SEAMA;
- Resoluções FUNDÁGUA;
- Instruções Normativas AGERH;
- Resoluções AGERH.

6 LACUNAS DE INFORMAÇÕES

A conferência dos dados levantados resultou na constatação de que algumas informações relevantes para a elaboração do PERH/ES não foram encontradas e/ou recebidas, sendo algumas destas apresentadas a seguir.

Com relação aos dados de órgãos federais, a maior lacuna encontrada tratou do período de abrangência das informações. Há dados defasados em até mais de dez anos, como, por exemplo, o Censo Agropecuário, que teve seu último levantamento realizado em 2006. Os dados disponíveis no IPEADATA, a nível municipal, de temas como agropecuária e finanças públicas possuem séries históricas até os anos 2000 e 2010, em sua maioria.

As variáveis meteorológicas, como temperaturas máximas e mínimas, umidade relativa e insolação, são disponibilizadas pelo INMET apenas para os últimos 90 dias para as estações convencionais e 365 dias para as estações automáticas, de forma que foi enviado a este órgão um ofício pela AGERH, solicitando os dados históricos existentes para as estações localizadas no estado. Tal ofício não teve resposta até o presente momento.

Quanto aos órgãos estaduais, a base hidrográfica obtida pelo *site* do GEOBASES apresenta apenas os traçados georreferenciados dos trechos de drenagem localizados no Espírito Santo e informações quanto ao regime destes (temporário ou permanente), sem haver uma codificação destes trechos que fosse compatível com, por exemplo, a utilizada pela ANA (Ottocodificação), de forma que não é possível associar as informações entre estas bases.

Foram encontrados dados georreferenciados dos usos de solo do estado do Projeto Reflorestar, desenvolvido pelas Secretarias de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA) e de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG). Porém, dados mais recentes seriam mais adequados, visto a possível desatualização das áreas relacionadas neste.

Entretanto, a maior dificuldade foi em encontrar dados relacionados à irrigação no estado, sendo feita a busca tanto em órgãos federais e estaduais, como em estudos acadêmicos.

Ressalta-se, porém, que pela busca de dados e informações ser um processo contínuo durante a concepção do PERH/ES, as lacunas existentes poderão ser preenchidas com o recebimento das respostas aos ofícios enviados e novas serão identificadas com a análise e processamento dos dados já coletados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já citado, uma base de dados atual e bem estruturada é o que permitirá a elaboração de um Plano Estadual de Recursos Hídricos efetivo e eficaz, que possibilitará o avanço de uma política de utilização racional e integrada dos recursos hídricos, promovendo o desenvolvimento social e econômico do estado em bases sustentáveis.

O processo contínuo de planejamento em escala estadual é complexo, já que estão envolvidas variáveis diversas relacionadas a problemas ambientais, urbanos, de planejamento e produção urbanística, elementos físico-bióticos, uso diversificado dos recursos hídricos, entre outros.

As informações expostas como lacunas até o presente momento serão, ainda, motivo de novas buscas com o apoio da AGERH, bem como serão consideradas outras informações que venham a ser identificadas como necessárias, de forma a possibilitar um Diagnóstico adequado de situação do gerenciamento de recursos hídricos no Espírito Santo.

Destaca-se ainda que toda a base de dados que está sendo levantada, organizada e elaborada ao longo do desenvolvimento do PERH/ES será entregue à AGERH, permitindo atualizações futuras, o que possibilitará o aprimoramento e melhoria contínua do Plano Estadual de Recursos Hídricos ao longo do tempo.

8 REFERÊNCIAS

OECD – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
Governança dos Recursos Hídricos no Brasil, 2015. OECD Publishing, Paris.

ANEXO A

Quadro A.1 – Dados Demográficos, Históricos, Sociais e de Infraestrutura.
DADOS DEMOGRÁFICOS, HISTÓRICOS, SOCIAIS E DE INFRAESTRUTURA

Fonte	Estudo / Documento / Projeto / Informação	Data de Atualização	Forma de Obtenção da Informação
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE	Regiões de Influência das Cidades	2008	Internet
	Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (Dados municipais e estaduais do período de 2000 a 2014)	2014	Internet
	Censo Populacional (informações demográficas, dados referentes à educação, migração, naturalidade, faixas etárias e índice de GINI)	2010	Internet
	Censo Agropecuário	2006	Internet
	Produção Agrícola Municipal - PAM	2015	Internet
	Produção Pecuária Municipal - PPM	2015	Internet
	Limites Municipais	2015	Internet
	Sedes Municipais	2015	Internet
	Divisas Estaduais	2015	Internet
	Rodovias	2016	Internet
	Ferrovias	2016	Internet
	Atlas Brasil de Desenvolvimento Humano (IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Renda, Educação, Longevidade)	2013	Internet
Ministério da Cultura	Certidões Emitidas sobre Comunidades Tradicionais	2017	Internet
Ministério da Saúde	Departamento de Informática do SUS - DATASUS (dados por município de: nascidos vivos, óbitos infantis, óbitos por residência, óbitos por ocorrência)	2009	Internet
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	Relação de Assentamentos do INCRA	2016	Internet
	Processos Abertos – Comunidades Tradicionais	2016	Internet
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	Uso racional da água na suinocultura - Embrapa Suínos e Aves	2009	Contato Telefônico

DADOS DEMOGRÁFICOS, HISTÓRICOS, SOCIAIS E DE INFRAESTRUTURA			
Fonte	Estudo / Documento / Projeto / Informação	Data de Atualização	Forma de Obtenção da Informação
Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa – SEBRAE	Inventário de Oferta Turística do Município de Santa Leopoldina; Inventário de Oferta Turística do Município de Santa Maria de Jetibá	2005	Internet
Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN)	Trechos ferroviários no estado	2010	Internet
	Áreas Urbanizadas	2010	Internet
	Limites dos Bairros	2013	Internet
	Limites das Microrregiões Capixabas	2012	Internet
	Limites das Macrorregiões Capixabas	2012	Internet
	Dados de Educação por Município	2013	Internet
	Síntese dos Indicadores Sociais do Espírito Santo – Análise realizada pelo ISJN com base no PNAD 2015	2016	Internet
	Dados do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano do Estado	2010	Internet
	Dados por município das Indústrias	2015	Internet
	Dados por município do RAIS	2015	Internet
	Dados por município do PNAD	2015	Internet
	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED (Índice de Emprego)	2016	Internet
Rodovias	2013	Internet	
Secretaria de Estado de Economia e Planejamento do Espírito Santo – SEP	Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2025	2013	Internet
Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA	Anuário Estatístico de 2012 do Porto de Vitória	2012	Contato Telefônico
Prefeitura de Vitória	GEOWEB (<i>Shapefiles</i> de atrativos turísticos, setores censitários, projetos viários, estrutura viária, zoneamento do PDU e Zoneamento Ecológico-Econômico)	Não apresenta	Internet

DADOS DEMOGRÁFICOS, HISTÓRICOS, SOCIAIS E DE INFRAESTRUTURA

Fonte	Estudo / Documento / Projeto / Informação	Data de Atualização	Forma de Obtenção da Informação
Prefeituras Municipais do estado do Espírito Santo	Plano Diretor Municipal: Afonso Cláudio; Alegre; Anchieta; Aracruz; Baixo Guandu; Cachoeiro de Itapemirim; Cariacica; Castelo; Colatina; Conceição da Barra; Conceição do Castelo; Domingos Martins; Ecoporanga; Fundão; Guaçuí; Guarapari; Ibitirama; Itapemirim; Iúna; Jerônimo Monteiro; Linhares; Marataízes; Marechal Floriano; Muniz Freire; Pancas; Presidente Kennedy; Rio Bananal; Santa Leopoldina; Santa Maria de Jetibá; Santa Teresa; São Mateus; Serra; Sooretama; Venda Nova do Imigrante; Viana; Vila Velha; Vitória.	Diversos	Ofício

Quadro A.2 – Dados de Economia.

ECONOMIA			
Fonte	Estudo / Documento / Projeto / Informação	Data de Atualização	Forma de Obtenção da Informação
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE	Censo Populacional (Pessoas com 10 Anos ou mais com e sem Rendimentos; Níveis de Ocupação e Taxas de Ocupação, Indústrias do Brasil e Estados).	2010	Internet
	PNAD Contínua (Espírito Santo e Região Metropolitana de Vitória).	2017	Internet
	Série Histórica do Valor Adicionado Bruto – VAB	2002-2014	Internet
	Série Histórica do PIB – Produto Interno Bruto	2002-2014	Internet
	Série Histórica do Setor de Serviços	2012-2016	Internet
	Série Histórica do Comércio Varejista	2012-2016	Internet
	Relatório de Pesquisa Agrícola Municipal PAM	2001-2015	Internet
	Produção Física Industrial por Seções e Atividades Industriais do Brasil e Espírito Santo	2008-2017	Internet
	Produção Industrial	2017	Internet
	IBGE Cidades – Síntese das Informações entre os Municípios	2010	Internet
Regiões de Influência das Cidades	2007	Internet	
Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER	Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural PROATER 2011 – 2013	2011-2013	Contato Telefônico
Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN	PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios	2001-2011	Internet
	Boletins Trimestrais da Balança Comercial do Espírito Santo	2012-2016	Internet
	Panorama Econômico do Espírito Santo	2015-2016	Internet
	Pesquisa Mensal do Comércio Varejista do Espírito Santo	2011-2017	Internet
	Balança Comercial de Importação e Exportação do Espírito Santo	2012-2016	Internet
	PIB do Espírito Santo	2002-2006	Internet
Fluxograma da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC Mercado de Trabalho	2016	Internet	
Confederação Nacional das Indústrias – CNI	Perfil das Indústrias nos Estados	2014	Internet

ECONOMIA			
Fonte	Estudo / Documento / Projeto / Informação	Data de Atualização	Forma de Obtenção da Informação
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC	Atlas Nacional de Comércio e Serviços	2013	Internet

Quadro A.3 – Dados de Energia.

ENERGIA			
Fonte	Estudo / Documento / Projeto / Informação	Data de Atualização	Forma de Obtenção da Informação
Agência Nacional de Energia Elétrica– ANEEL	Relação de Usinas Hidrelétricas (UHEs) por diferentes estágios de situação	2017	Internet
	Relação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) por diferentes estágios de situação	2017	Internet
	Relação de Usinas Termoeletricas (UTES) por diferentes estágios de situação	2017	Internet
Ministério de Minas e Energia – MME	Plano Decenal de Energia	2015	Internet
	Plano Nacional de Energia	2007	Internet
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE	Mapa da Logística da Energia no Brasil	2016	Internet
Agência da Bacia do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP; COHIDRO Consultoria, Estudos e Projetos Ltda.	Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Diagnóstico Integrado e Contextualizado dos Recursos Hídricos	2013	Contato Telefônico
FERREIRA, A.L	Estimativas das influências ambientais decorrentes da instalação de usinas termelétricas na bacia hidrográfica do rio Piracicaba. Revista de Ciência & Tecnologia (Vol. 8, nº 17)	2001	Contato Telefônico

Quadro A.4 – Dados de Eventos Críticos.

EVENTOS CRÍTICOS			
Fonte	Estudo / Documento / Projeto / Informação	Data de Atualização	Forma de Obtenção da Informação
Defesa Civil do Espírito Santo	Plano Estadual de Contingências para Desastres Hídricos	2014	Internet
	Plano Municipal de Contingências para Desastres Hídricos dos municípios: Afonso Cláudio, Alegre, Anchieta, Barra de São Francisco, Bom Jesus do Norte, Brejetuba, Cachoeiro do Itapemirim, Castelo, Fundão, Guaçuí, Ibitirama, Itapemirim, Itarana, Jerônimo Monteiro, Linhares, Mimoso do Sul, Muniz Freire, Nova Venécia, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, São José do Calçado, Serra, Viana e Vila Velha	2012 – 2016	Internet
	Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil	2016	Internet
Ministério da Integração Nacional	Sistema Integrado de Informações sobre Desastres	2016	Internet
Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil da Universidade Federal de Santa Catarina - CEPED UFSC	Atlas Brasileiro de Desastres Naturais - 1991 a 2012	2013	Internet
	Atlas Brasileiro de Desastres Naturais - 1991 a 2012: Volume Espírito Santo	2013	Internet
Governo do Estado do Espírito Santo	Atlas das Áreas com Potencial de Riscos do Estado do Espírito Santo (ARES)	2006	Internet
Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo	Atlas de Vulnerabilidade às Inundações do Estado do Espírito Santo	2013	Internet
Serviço Geológico do Brasil - CPRM	Ação Emergencial para Reconhecimento de Áreas de Alto e Muito Alto Risco a Movimentos de Massa, Enchente e Inundação	2015	Internet
Agência Nacional de Águas – ANA	Relação de áreas atingidas por seca em 2015	2015	Internet
	Atlas de Vulnerabilidade a Inundações / Trechos Inundáveis do Espírito Santo	2014	Internet

Quadro A.5 – Dados de Geologia, Geomorfologia e Relevô.

GEOLOGIA, GEOMORFOLOGIA E RELEVÔ			
Fonte	Estudo / Documento / Projeto / Informação	Data de Atualização	Forma de Obtenção da Informação
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA	Modelo Digital de Terreno - SRTM (<i>Shuttle Radar Topography Mission</i>): Hipsometria (CNPQ/EMBRAPA)	2000	Internet
Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN	Mapeamento Geomorfológico do Estado do Espírito Santo	2012	Internet
Serviço Geológico do Brasil - CPRM	Geologia e Recursos Minerais do Estado do Espírito Santo	2015	Internet
	Mapa Geodiversidade do Espírito Santo	2010	Internet
	Livro Geodiversidade do Espírito Santo	2014	Internet
	Ação emergencial para reconhecimento de áreas com alto e muito alto risco a movimento de massas e enchentes	2015	Internet
	Sistema de Águas Subterrâneas no Brasil	Não apresenta	Internet
	Domínios e Subdomínios Hidrogeológicos do Brasil	2008	Internet
IEMA	Levantamento do Uso e Ocupação do Solo do Espírito Santo	2008	Contato Telefônico
Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM	Processos Minerários Cadastrados no Espírito Santo	2017	Internet
	Anuário Mineral Estadual	2010-2015	Internet
Prefeitura de Vila Velha	GEOWEB (<i>Shapefile</i> de curvas de nível de Vila Velha)	Não apresenta	Internet
Prefeitura de Vitória	GEOWEB (<i>Shapefile</i> da rede geodésica e sócio-assistencial de Vitória)	Não apresenta	Internet
	GEOWEB (<i>Shapefile</i> dos parques e áreas protegidas de Vitória)	Não apresenta	Internet
Google Earth Pro	Imagens de Satélite de Alta Resolução do Estado do Espírito Santo (CNES/Airbus/Copernicus/Landsat/Digital Globe/Data SIO/NOAA/U.S.Navy/NGA/GEBCO/TerraMetrics/)	2003-2017	Internet

Quadro A.6 – Dados de Meio Ambiente.

MEIO AMBIENTE			
Fonte	Dado	Data de Atualização	Forma de Obtenção da Informação
Ministério do Meio Ambiente – MMA	Inter-relações entre Biodiversidade e Mudanças Climáticas	2007	Internet
	Áreas Prioritárias para Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira	2004	Internet
	Unidades de Conservação presentes no Estado do Espírito Santo (UCs)	2016	Internet
	Unidade Federal de Proteção Integral (i3GEO)	2016	Internet
	Unidade Federal de Uso Sustentável (i3GEO)	2016	Internet
	Unidade Estadual de Proteção Integral (i3GEO)	2016	Internet
	Unidade Estadual de Uso Sustentável (i3GEO)	2016	Internet
	Unidade Municipal de Proteção Integral (i3GEO)	2016	Internet
	Unidade Municipal de Uso Sustentável (i3GEO)	2016	Internet
	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC I e PNGC II	1990/1997	Internet
Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro: 25 anos do Gerenciamento Costeiro no Brasil	2015	Internet	
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	Relatório Técnico Mata Atlântica 2008-2009	2009	Internet
Prefeitura de Fundão e IEMA	Projeto de Gerenciamento Integrado - Projeto ORLA (Diagnóstico e diretrizes para o gerenciamento da zona costeira, dados de uso e ocupação da orla)	2011	Internet
Prefeitura de Aracruz e IEMA	Projeto de Gerenciamento Integrado - Projeto ORLA (Diagnóstico e diretrizes para o gerenciamento da zona costeira, dados de uso e ocupação da orla)	2016	Internet
Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo - AMUNES	Sistema de Acompanhamento dos Termos de Compromisso Ambientais	Não apresenta	Contato Telefônico

MEIO AMBIENTE			
Fonte	Dado	Data de Atualização	Forma de Obtenção da Informação
DUTO Engenharia	Relatório de Impacto Ambiental da PCH Santa Leopoldina	2010	Contato Telefônico
Renata Pasini Barbosa	Aplicação do Índice de Proteção da Vida Aquática (IVA) ao Sistema Estuarino da Baía de Vitória - Dissertação de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental do Centro Tecnológico da Universidade Federal do Espírito Santo	2010	Internet

Quadro A.7 – Dados de Recursos Hídricos.

RECURSOS HÍDRICOS			
Fonte	Estudo / Documento / Projeto / Informação	Data de Atualização	Forma de Obtenção da Informação
Agência Nacional de Águas – ANA	Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce	2010	Internet
	Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil - Encarte Especial sobre a Bacia do Rio Doce	2015	Internet
	Disponibilidade e Demandas de Recursos Hídricos do Brasil - Regiões Hidrográficas do Atlântico Leste e Sudeste	2005	Internet
	Hidroweb - Séries Históricas de todas as estações pluviométricas identificadas no Estado	1930 – 2016	Internet
	Hidroweb - Séries Históricas de todas as estações fluviométricas identificadas no Estado	1930 – 2016	Internet
	Hidroweb - Séries Históricas de todas as estações climatológicas identificadas no Estado	1930 – 2016	Internet
	Hidrografia Principal	2013	Internet
	Hidrografia Integrada	Não apresenta	Internet
	Ottobacias - Nível 1 a 6	2012	Internet
	Ottobacias - Ottotrechos	2013	Internet
	Regiões Hidrográficas	2016	Internet
	Bacias Afluentes da Região Hidrográfica do Atlântico Sudeste	2012	Internet
	Bacias Afluentes da Região Hidrográfica do Atlântico Leste	2012	Internet
	Bacias Afluentes do Rio Doce	2012	Internet
	Disponibilidade e Demandas dos Recursos Hídricos no Brasil	2005	Internet
	Levantamento da Agricultura Irrigada por Pivôs Centrais no Brasil (ANA e EMBRAPA)	2014	Internet
	Áreas Irrigadas por Pivô Central 2014 (ANA e EMBRAPA)	2014	Internet
Ministério do Meio Ambiente – MMA	Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH - Caderno da Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	2006	Internet
	PNRH - Caderno da Região Hidrográfica Atlântico Leste	2006	Internet
	PNRH - Sistemas Aquíferos	2006	Internet

RECURSOS HÍDRICOS			
Fonte	Estudo / Documento / Projeto / Informação	Data de Atualização	Forma de Obtenção da Informação
	Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAN-Brasil	2005	Internet
	Panorama sobre a Desertificação no Estado do Espírito Santo	2005	Internet
	Subsídios à discussão do gerenciamento integrado de bacias hidrográficas e da zona costeira – Relatório	2006	Internet
AGERH - Agência Estadual de Recursos Hídricos	Boletim semanal de dados de vazões dos principais rios de interesse para gestão	2017	Internet
	Planos de Bacias Hidrográficas (bacias hidrográficas dos rios Santa Maria da Vitória, Jucu e Benevente e bacias de rios estaduais dentro da bacia do rio Doce)	2010 a 2016	Internet
	Enquadramento de Corpos de Água em Classes (bacias hidrográficas dos rios Santa Maria da Vitória, Jucu e Benevente)	2015 a 2017	E-Mail / Contato Telefônico
	Dados sobre as Bacias Hidrográficas do Espírito Santo (Processos de Outorga, barragens, balanço hídrico de análises de outorgas e de diluição de efluentes)	2012 a 2016	E-Mail / Contato Telefônico
	Dados Vetoriais sobre as Bacias do Estado do Espírito Santo (Cursos d'água com vazão Q ₉₀ , Divisão municipal, Regiões Hidrográficas, Relação de Outorgas)	2015	E-Mail / Contato Telefônico
Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN	Divisão das Ottobacias do Estado	2008	Internet
	Limite das Bacias Hidrográficas do Estado	2008	Internet
Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER	Dados de Precipitação	2016	Ofício
	Índice de Seca	2016	Ofício
	Balanço Hídrico climatológico e classificação climática	2016	Ofício
	Índice de Armazenagem de Água no Solo	2016	Ofício
Prefeitura de Vila Velha	GEOWEB - <i>Shapefile</i> da hidrografia do Município	Não apresenta	Internet
Companhia EspíritoSantense de Saneamento - CESAN	Roteiro de informações do Enquadramento dos corpos de água em classe e Plano de Bacia para os rios Santa Maria da Vitória e Jucu	2014	Contato Telefônico

RECURSOS HÍDRICOS			
Fonte	Estudo / Documento / Projeto / Informação	Data de Atualização	Forma de Obtenção da Informação
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	Enquadramento de corpos d'água como instrumento de planejamento para o desenvolvimento sustentável regional Projeto Des-Água	2008	Contato Telefônico
Dante Gama Larentis	Modelagem matemática da qualidade da água em grandes bacias: sistema Taquari-Antas – RS. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental da UFRS	2004	Contato Telefônico
Secretaria do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Sul - SEMA-RS	Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Sul. Relatório Síntese da Fase A - RSA: Diagnóstico e Prognóstico das Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul	2007	Internet
Companhia Vale do Rio Doce - VALE	A VALE no Espírito Santo	2013	Internet

Quadro A.8 – Dados de Saneamento.

SANEAMENTO BÁSICO			
Fonte	Estudo / Documento / Projeto / Informação	Data de Atualização	Forma de Obtenção da Informação
Agência Nacional de Águas – ANA	Atlas Brasil de Abastecimento Urbano (Projeções populacionais, demandas urbanas de água, mananciais superficiais e dados dos sistemas de abastecimento de água dos municípios capixabas - índices, vazões, número de ETAs)	2010	Internet
	Atlas Brasil de Abastecimento Urbano	2010	Internet
	Atlas Brasil de Despoluição - Tratamento de Esgoto (Índices de coleta e tratamento de esgoto, vazões de esgotos tratados, localização de ETEs, processos de tratamento empregados, eficiências de remoção de DBO das ETEs e concentração de DBO dos efluentes das ETEs)	2017	Internet
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB	2008	Internet
Ministério das Cidades	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS (tipo de captação de água, rede de distribuição de água - dados de rede e por município; Tratamento de Água - Dados de volume e por município; Caracterização do Prestador de Água - Dados do prestador e por município; Rede Coletora de Esgoto – Dados de rede e por município; Sistema de Tratamento de Esgoto)	2015	Internet
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA	Banco de Dados de Saneamento	2013	Contato Telefônico
	Informações emitidas pelo Setor de Resíduos do IEMA sobre gerenciamento de resíduos no Estado do Espírito Santo	2015	Contato Telefônico
Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN	Plano Diretor de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana da Grande Vitória	2009	Internet

SANEAMENTO BÁSICO			
Fonte	Estudo / Documento / Projeto / Informação	Data de Atualização	Forma de Obtenção da Informação
Prefeituras Municipais do Estado do Espírito Santo	Plano Municipal de Saneamento Básico: Alto Rio Novo; Anchieta; Baixo Guandu; Colatina; Dorés do Rio Preto; Ibirapu; Iconha; Itaguaçu; Itarana; Mantenópolis; Marechal Floriano; Marilândia; Muqui; Pancas; Presidente Kennedy; Santa Leopoldina; São Gabriel da Palha; São José do Calçado; São Mateus; São Roque do Canaã; Serra; Vila Valério; Vila Velha; Vitória	2015	Ofício

ANEXO B

Quadro B.1 – Principais legislações relacionadas aos recursos hídricos do Espírito Santo e no País.

Abrangência	Legislação	Disposições e Observações
Federal	Resolução CIRM – Comissão Interministerial para os Recursos do Mar Nº 001, de 21 de novembro de 1990	Aprova o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC)
	Resolução CIRM Nº 005, de 3 de dezembro de 1997	Aprova o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II (PNGCII)
	Decreto S/N de 25 de janeiro de 2002	Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, localizada nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e dá outras providências
	Resolução CNRH Nº 104, de 17 de dezembro de 2009	Aprova proposta de Decreto que altera o parágrafo único do art. 1º do Decreto de 25 de janeiro de 2002, que institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, localizada nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo e dá outras providências. Com isso, inclui a região hidrográfica do rio Barra Seca na área de abrangência do CBH Rio Doce
	Decreto S/N de 1º de setembro de 2010	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º do Decreto de 25 de janeiro de 2002, que institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, localizada nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Inclui a região hidrográfica do rio Barra Seca na área de abrangência do CBH Rio Doce
	Deliberação CBH-Doce Nº24, de 14 de julho de 2010	Aprova o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH-Doce
	Resolução CNRH Nº 123, de 29 de junho de 2011	Aprova os valores e mecanismos para a Cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce
	Resolução CNRH Nº 125, de 29 de junho de 2011	Aprova os parâmetros para usos de pouca expressão para isenção da obrigatoriedade da Outorga de direito de uso de recursos hídricos nos corpos d'água de domínio da União, na Bacia Hidrográfica do Rio Doce
	Resolução Conjunta ANA, IEMA e IGAM Nº 553, de 8 de agosto de 2011	Dispõe sobre os procedimentos para o cadastramento, retificação ou ratificação de dados de usuários em corpos hídricos de domínio da União e dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, na Bacia Hidrográfica do Rio Doce e na Região Hidrográfica do Rio Barra Seca, localizada no Estado do Espírito Santo

Abrangência	Legislação	Disposições e Observações
	Resolução CNRH Nº 130, de 20 de setembro de 2011	Delega competência ao Instituto BioAtlântica – IBio para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce
Estadual	Lei Nº 4.706, de 9 de dezembro de 1992	Dispõe que toda e qualquer indústria instalada ou a se instalar no estado, que efetue captação em curso d'água, deverá fazer o lançamento de seus efluentes a montante do ponto de captação
	Lei Nº 5.816, de 22 de dezembro de 1998	Institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Espírito Santo – PEGC/ES
	Lei Nº 5.818, de 29 de dezembro de 1998	Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento e Monitoramento dos Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo (Revogada pela Lei 10.179/2014)
	Lei Nº 6.295, de 26 de julho de 2000	Dispõe sobre a administração, proteção e conservação das águas subterrâneas do domínio do Estado e dá outras providências
	Lei Nº 7.058, de 18 de janeiro de 2002	Dispõe sobre a fiscalização, infrações e penalidades relativas à proteção ao meio ambiente no âmbito da Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente
	Lei Nº 8.960, de 18 de julho de 2008	Dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo – FUNDÁGUA (Revogada pela Lei 9.866/2012)
	Lei Nº. 8 995, de 10 de fevereiro de 2009	Institui o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA
	Lei Nº 9.685, de 28 de agosto de 2011	Altera dispositivos da Lei nº 7.058, de 18 de janeiro de 2002, que trata da fiscalização, infrações e penalidades relativas à proteção do meio ambiente no âmbito dos órgãos e entidades que compõem o Sistema Estadual de Meio Ambiente do Estado do Espírito Santo
	Lei Nº 9.866, de 26 de junho de 2012	Dispõe sobre a reformulação do FUNDÁGUA, instituído pela Lei nº 8.960, de 18 de julho de 2008. A partir desse momento, a sigla FUNDÁGUA passa a representar Fundo Estadual de Recursos Hídricos e Florestais do Espírito Santo
Lei Nº 10.143, de 13 de dezembro de 2013	Cria a AGERH, agrega atribuições voltadas à implementação e à gestão de obras de infraestrutura hídrica de usos múltiplos	

Abrangência	Legislação	Disposições e Observações
	Lei Nº 10.179, de 17 de março de 2014	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo – SIGERH/ES e dá outras providências
	Lei Nº 10.557, de 7 de julho de 2016	Altera a Lei nº 9.866, de 26 de junho de 2012, que dispõe sobre a reformulação do FUNDÁGUA
	Lei Complementar nº 248, de 28 de junho de 2002	Cria o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA)
	Lei Complementar Nº 264, de 8 de junho de 2003	Altera a Lei Complementar nº 248/02, que criou o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA e dá outras providências
	Lei Complementar Nº 294, de 9 de julho de 2004	Altera o Anexo IV da Lei Complementar nº 248/2002, que cria o IEMA
	Lei Complementar Nº 323, de 25 de maio de 2005	Cria unidade administrativa na estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA, altera dispositivos da Lei nº 5.818, de 29.12.1998 e dá outras providências
	Lei Complementar Nº 339, de 7 de dezembro de 2005	Altera o Anexo IV da Lei Complementar nº 248, de 28.6.2002, alterado pela Lei Complementar nº 294, de 9.7.2004, que especifica os cargos de provimento efetivo criados no Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA
	Lei Complementar Nº 513, de 14 de dezembro de 2009	Altera o Fundo de Defesa e Desenvolvimento do Meio Ambiente - FUNDEMA, criado pela Lei Complementar nº 152, de 16.6.1999, estabelece sua forma de gestão, e dá outras providências
	Decreto Nº 038-R, de 6 de abril de 2000	Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH
	Decreto Nº 1382-R, de 7 de outubro de 2004	Aprova Regulamento do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA e dá outras providências
	Decreto Nº 1737-R, de 3 de outubro de 2006	Regulamenta o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH.

Abrangência	Legislação	Disposições e Observações
	Decreto Nº 2167-R, de 9 de dezembro de 2008	Regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo – FUNDÁGUA, criado pela Lei nº 8960, de 18/07/2008
	Decreto Nº 3179-R, de 20 de dezembro de 2012	Aprova o regulamento da Lei 9.866/2012, que dispõe sobre a reformulação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e Florestais do Espírito Santo – FUNDÁGUA
	Resolução CERH Nº 001 de 30 de novembro de 2000	Resolve como os Comitês vinculados ao Sistema Integrado de Gerenciamento e Monitoramento de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo – SIGERH/ES, serão instituídos, organizados e terão seu funcionamento em conformidade com disposto nos art. 41 a 44, da Lei nº 5818/98
	Resolução CERH Nº 002 de 18 de dezembro de 2001	Apresenta proposta de modelo para a divulgação sobre a criação de Comitês de Bacias Hidrográficas
	Resolução CERH Nº 003, de 18 de dezembro de 2001	Apresenta diretrizes para a execução de serviços de limpeza de calha e rios, córregos e canais
	Resolução CERH Nº 004, de 15 de janeiro de 2004	Institui o Cadastro Estadual de Organizações Civas de Recursos Hídricos, também denominado CEOCREH, no âmbito do CERH, tendo como objetivo cadastrar as Organizações Civas de Recursos Hídricos
	Resolução CERH Nº 005, de 7 de julho de 2005	Estabelece critérios gerais sobre a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos de águas de domínio do Estado do Espírito Santo
	Resolução CERH Nº 007/2005, de 27 de outubro de 2005	Resolve criar a Câmara Técnica Especial para Reformulação do Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, com a finalidade de apresentar proposta de redação para adequação do Regimento Interno do CERH
	Resolução CERH Nº 008/2006, de 5 de janeiro de 2006	Resolve designar representantes para comporem a Câmara Técnica de Formação, Fomento e Acompanhamento de Comitês e Agências de Bacias Hidrográficas
	Resolução CERH Nº 009, de 17 de julho de 2006	Resolve designar componentes para a Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos e Recursos Administrativos, atendendo as indicações dos respectivos Órgãos e Entidades

Abrangência	Legislação	Disposições e Observações
	Resolução CERH Nº 010, de 17 de julho de 2006	Resolve designar componentes para a Câmara Técnica Permanente de Outorga do Direito de Uso dos Recursos Hídricos, atendendo as indicações dos respectivos Órgãos e Entidades
	Resolução CERH Nº 011, de 18 de julho de 2006	Altera o Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH
	Resolução CERH Nº 012, de 4 de setembro de 2006	Resolve designar componentes para a Câmara Técnica Permanente de Compensação pelo Uso Racional dos Recursos Hídricos, atendendo as indicações dos respectivos Órgãos e Entidades
	Resolução CERH Nº 013, de 18 de setembro de 2006	Institui a Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Treinamento, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos - CTEM
	Resolução Normativa CERH Nº 014, de 4 de outubro 2006	Altera a redação dos artigos 19, 20 §1º e 24, bem como acrescenta o parágrafo único ao artigo 24, todos da Resolução Normativa CERH nº 005, de 07 de julho de 2005, que trata de critérios e diretrizes de Outorga
	Resolução Normativa CERH Nº 015, de 24 de outubro de 2006	Adequa o texto do Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH ao Decreto Estadual nº 1.737-R, de 03 de outubro de 2006
	Resolução Normativa CERH Nº 017, de 13 de março 2007	Define os Usos Insignificantes em corpos de água superficiais de domínio do Estado do Espírito Santo
	Resolução CERH Nº 018, de 4 de setembro de 2007	Institui e delega atribuições à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEAMA para implantação, execução e operacionalização do Cadastro Estadual das Organizações Cívicas de Recursos Hídricos e estabelece critérios de participação destas na composição dos Comitês de Bacias Hidrográficas e dá outras providências
	Resolução CERH Nº 019, de 13 de novembro de 2007	Trata da codificação de bacias no âmbito estadual
	Resolução CERH Nº 020, de 11 de junho de 2008	Altera o preâmbulo, o artigo 5º e art. 8º da Resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH n. 018/2007 que dispõe sobre a implantação, execução e operacionalização do Cadastro Estadual das Organizações de Recursos Hídricos, bem como estabelece o formulário de inscrição no Anexo Único

Abrangência	Legislação	Disposições e Observações
	Resolução CERH Nº 021, de 1º de agosto de 2008	Acrescenta os incisos IV, V e o § 5º. no art. 1º, e revoga o art. 2º da Resolução Normativa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH Nº 017, de 13 de março de 2007, que define os Usos Insignificantes
	Resolução CERH Nº 23, de 16 de outubro de 2008	Altera o Anexo I da Resolução CERH Nº 019/2007 que trata da codificação de bacias no âmbito estadual
	Resolução CERH Nº 024, de 13 de novembro de 2009	Define as oito Unidades de Gestão de Recursos Hídricos (UGRHs) do Estado do Espírito Santo
	Resolução CERH Nº 025, de 20 de abril de 2010	Exclui as exigências de documentos contidas no art. 5º e em seu §3º, da Resolução CERH Nº 018/2007, alterada pela Resolução CERH Nº 020/2008, que trata do Cadastro Estadual das Organizações Cívicas de Recursos Hídricos, especificamente para Comitê de Bacia Hidrográfica visando a sua participação no CERH, e reformula o Anexo Único da Resolução CERH Nº 020/2008
	Resolução CERH Nº 026, de 20 de abril de 2010	Estabelece procedimento para participação do Comitê de Bacia Hidrográfica no Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH
	Resolução CERH Nº 027, de 15 de fevereiro de 2011	Insere o art. 1º na Resolução do CERH nº 017/2007 que define os Usos Insignificantes em corpos de água de domínio do Estado do Espírito Santo
	Resolução CERH Nº 28, 15 de fevereiro de 2011	Estabelece diretrizes complementares para a elaboração dos Planos de Bacias Hidrográficas e dos Enquadramentos de Corpos de Água em Classes
	Resolução CERH Nº 029, de 31 de maio de 2011	Dispõe sobre a reformulação das Câmaras Técnicas Permanentes do CERH
	Resolução CERH Nº 031, de 29 de fevereiro 2012	Estabelece critérios gerais complementares referentes à Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos para lançamento de efluentes provenientes dos sistemas de tratamento de esgoto sanitário, contidos na Resolução Normativa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH Nº 005, de 15 de julho de 2005
	Resolução CERH Nº 032, de 11 de abril de 2012	Delega competência à Câmara Técnica de Planejamento e Instrumentos de Gestão – CTEP para tratar de assuntos relacionados à formação, fomento e acompanhamento de Comitês no Estado

Abrangência	Legislação	Disposições e Observações
	Resolução CERH Nº 034, de 14 de setembro de 2012	Aprova os valores propostos e mecanismos para a Cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São José
	Resolução CERH Nº 035, de 14 de setembro de 2012	Aprova os valores propostos e mecanismos para a Cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Guandu
	Resolução CERH Nº 036, de 5 de dezembro de 2012	Dispõe sobre a redefinição das áreas de atuação dos Comitês de Bacias Hidrográficas do estado existentes na Unidade de Gestão de Recursos Hídricos do Rio Doce
	Resolução CERH Nº 002 de 29 de abril de 2014	Aprova o quadro de metas do programa de Consolidação do Pacto Nacional de Gestão das Águas - PROGESTÃO, no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos
	Resolução CERH Nº 003 de 11 de junho de 2014	Estabelece procedimentos gerais para os processos eleitorais nos Comitês de Bacias Hidrográficas - CBHs do Estado do Espírito Santo
	Resolução CERH Nº 003 de 24 de novembro de 2016	Aprova o quadro de indicadores e metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográficas – PROCOMITÊS, no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos
	Resolução CERH Nº004, de 17 de junho de 2015	Dispõe sobre Diretrizes Complementares para fins de implantação da Cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado do Espírito Santo
	Resolução CERH Nº005, de 17 de junho de 2015	Dispõe sobre a homologação do Enquadramento dos corpos de água apresentado pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Benevente
	Resolução CERH Nº 007, de 16 de dezembro de 2015	Estabelece diretrizes gerais para o cadastramento de usos de águas subterrânea no Estado do Espírito Santo
	Resolução CERH Nº 002, de 24 de novembro de 2016	Estabelece as categorias passíveis de compor as plenárias dos Comitês de Bacias Hidrográficas Capixabas

Abrangência	Legislação	Disposições e Observações
	Resolução CERH Nº 003 de 24 de novembro de 2016	Aprova o quadro de indicadores e metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográficas – PROCOMITÊS, no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos
	Deliberação CERH Nº 004, de 28 de abril de 2016	Por unanimidade, atesta o cumprimento das metas contratuais referentes ao ano de 2015, apresentadas no Formulário de Autoavaliação do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO
	Deliberação CERH Nº 005, de 28 de abril de 2016	Por unanimidade, aprova o Plano de Capacitação para o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo - SIGERH/ES, elaborado pela Agência Estadual de Recursos Hídricos - AGERH
	Instrução Normativa IEMA Nº 019, de 4 de outubro de 2005	Estabelece procedimentos administrativos e critérios técnicos referentes à Outorga de direito de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio do Estado do Espírito Santo
	Instrução Normativa IEMA Nº 004, de 6 de março de 2006	Revoga o art. 21, da Instrução Normativa Nº 019, de 04 de outubro de 2005, que estabelece procedimentos administrativos e critérios técnicos referentes à Outorga de direito de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio do Estado do Espírito Santo
	Instrução Normativa IEMA Nº 007, de 21 de junho de 2006	Estabelece critérios técnicos referentes à Outorga para diluição de efluentes em corpos de água superficiais de domínio do Estado do Espírito Santo
	Instrução Normativa IEMA Nº 011, de 19 de outubro de 2007	Estabelece metas progressivas de melhoria de qualidade de água para fins de Outorga para diluição de efluentes em cursos de água de domínio do Estado do Espírito Santo
	Instrução Normativa IEMA Nº 003, de 4 de março de 2008	Inclui o Art. 13-A na redação da Instrução Normativa IEMA Nº 019, de 04 de outubro de 2005, que estabelece procedimentos administrativos e critérios técnicos de Outorga
	Instrução Normativa IEMA Nº 007, de 23 de junho de 2008	Altera a redação dos artigos 3º, 4º e 5º da Instrução Normativa IEMA Nº 007, de 21 de junho de 2006, que estabelece critérios técnicos de Outorga para diluição de efluentes
	Instrução Normativa IEMA Nº 011, de 4 de novembro de 2009	Altera a redação dos artigos 2º e 3º da Instrução Normativa IEMA Nº 11, de 19 de outubro de 2007, que estabelece metas progressivas de melhoria de qualidade de água para fins de Outorga para diluição de efluentes

Abrangência	Legislação	Disposições e Observações
	Instrução Normativa IEMA Nº 013, de 9 de dezembro de 2009	Altera a redação dos artigos 8º, 9º e 15, da Instrução Normativa IEMA Nº 19, de 04 de outubro de 2005 - altera critérios de Outorga para águas superficiais
	Instrução Normativa IEMA Nº 007, de 27 de agosto de 2010	Revoga a Instrução Normativa IEMA Nº 006 de 22 de maio de 2007 e estabelece novos procedimentos para cadastramento dos usos considerados insignificantes em corpos de água de domínio do Estado do Espírito Santo
	Instrução Normativa IEMA Nº 009, de 28 de junho de 2013	Institui o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH, desenvolvido pela Agência Nacional de Águas – ANA, para registro obrigatório de pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado usuárias de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos, incluindo aqueles cuja soma de interferências seja considerada insignificante
	Instrução Normativa IEMA Nº 010, de 2 de setembro de 2013	Adota a Declaração de Uso de Recursos Hídricos emitida pelo Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH, como documento obrigatório à formalização de requerimento de Outorga
	Instrução Normativa IEMA Nº 009, de 14 de outubro de 2015	Dispõe sobre os critérios para a emissão de Dispensa de Autorização Ambiental (AA') pelo IEMA para atividades de limpeza e desassoreamento da calha de cursos hídricos aos municípios e demais interessados, e dá outras providências
	Portaria SEAMA Nº 004-R, de 1º de março de 2004	Institui, no âmbito do CERH, a ficha de registro/cadastro das organizações civis de recursos hídricos
	Portaria SEAMA Nº 015-R de 20 de agosto de 2008	Dispõe sobre a criação da Câmara de Compensação Ambiental, no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEAMA e do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA
	Resolução FUNDÁGUA Nº 001, de 12 de março de 2012	Revoga as Resoluções FUNDÁGUA Nº 001/2009 e 001/2010, que tratam dos procedimentos técnicos administrativos para a concessão de recursos para apoio a projetos que atendam aos objetivos do FUNDÁGUA e se enquadrem na Linha de Ação denominada como demanda espontânea
	Resolução FUNDAGUA Nº 002, de 13 de agosto de 2012	Estabelece critérios e procedimentos para indicação de instituição para exercer função de apoio à Secretária Executiva de Comitês de Bacias Hidrográficas no desempenho de suas atribuições, por meio de repasse de recursos financeiros do FUNDÁGUA

Abrangência	Legislação	Disposições e Observações
	Instrução Normativa AGERH Nº 053, de 5 de agosto de 2015	Estabelece os procedimentos para solicitação de Outorga do direito de uso dos recursos hídricos para atividade de aquicultura
	Instrução Normativa AGERH Nº 001, de 27 de janeiro de 2016	Institui procedimentos e critérios para requerimento e obtenção da Declaração de Uso de Água Subterrânea no Estado do Espírito Santo, regulamenta os usos já existentes de recursos hídricos subterrâneos e a futura obrigatoriedade de requerimento do instrumento de Outorga
	Instrução Normativa AGERH Nº 004, de 31 de julho de 2017	Suspende a exigibilidade de prévia apresentação da Declaração de Uso no Cadastro Nacional de Recursos Hídricos – CNARH
	Resolução AGERH Nº 001, de 1º de junho de 2014	Dispõe sobre o Plano de Investimentos para o Exercício 2014 e dá outras providências
	Resolução AGERH Nº 002, de 27 de janeiro de 2015	Dispõe sobre a declaração do Cenário de Alerta frente à ameaça de prolongamento da Escassez Hídrica em rios de domínio do Estado do Espírito Santo e dá outras providências
	Resolução AGERH Nº 003, de 4 de maio de 2015	Dispõe sobre a Revogação do Cenário de Alerta e instituição do Cenário de Atenção para o ano de 2015
	Resolução AGERH Nº 004, de 21 de setembro de 2015	Dispõe sobre o Plano de Investimentos para o Exercício 2015/2016
	Resolução AGERH Nº 005, de 2 de outubro de 2015	Dispõe sobre a declaração do Cenário de Alerta frente ao prolongamento da Escassez Hídrica em rios de domínio do Estado do Espírito Santo
	Resolução AGERH Nº 006, de 2 de outubro de 2015	Dispõe sobre uso prioritário para dessedentação humana e animal no contexto do Cenário de Alerta vigente em todas as bacias hidrográficas de domínio estadual
	Resolução AGERH Nº 007, de 14 de outubro de 2015	Dispõe sobre os requisitos para a inclusão e para permanência ou não, dos municípios e das bacias que integram o Anexo Único da Resolução AGERH Nº 006/2015, que prioriza a dessedentação humana no contexto do Cenário de Alerta vigente em todas as bacias hidrográficas de rios de domínio do Estado do Espírito Santo
	Resolução AGERH Nº 008, de 14 de outubro de 2015	Dispõe sobre os requisitos para a exclusão do uso industrial da água abrangido pela Resolução AGERH Nº 005/2015 que estabelece o Cenário de Alerta em todas as bacias hidrográficas de rios de domínio do estado do Espírito Santo, enquanto estiver em vigência

Abrangência	Legislação	Disposições e Observações
	Resolução AGERH Nº 009, de 15 de outubro de 2015	Dispõe sobre a exclusão de municípios e bacias que integram o Anexo Único da Resolução AGERH Nº 006/2015, visando priorizar a dessedentação humana no contexto do Cenário de Alerta vigente em todas as bacias hidrográficas de rios de domínio do Estado do Espírito Santo
	Resolução AGERH Nº 010, de 19 de outubro de 2015	Dispõe sobre a prorrogação das Resoluções AGERH Nº 005/2015 e Nº 006/2015, frente ao prolongamento da Escassez Hídrica em rios de domínio do Estado do Espírito Santo
	Resolução AGERH Nº 011, de 4 de novembro de 2015	Dispõe sobre a exclusão do município de Santa Maria de Jetibá (e bacia), das normas impostas pelas Resoluções AGERH Nº 005/2015 e Nº 006/2015
	Resolução AGERH Nº 012, de 4 de novembro de 2015	Institui e Estabelece os procedimentos para o cadastro de barragem, barramento ou reservatório em curso d'água no Estado do Espírito Santo, em observância a Lei Federal Nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, e, convoca todos os empreendedores para o cadastramento
	Resolução AGERH Nº 013, de 9 de novembro de 2015	Dispõe sobre a declaração de Situação Extremamente Crítica nos Municípios de Aracruz e Governador Lindenberg e altera o Quadro do Anexo I da Resolução AGERH Nº 006/2015
	Resolução AGERH Nº 015, de 16 de novembro de 2015	Dispõe sobre a inclusão dos Municípios de Colatina, Pancas e Marilândia na qualidade de municípios em situação extremamente crítico, alterando o Quadro que compõe o Anexo Único da Resolução AGERH Nº 006/2015
	Resolução AGERH Nº 016, de 17 de novembro de 2015	Dispõe sobre a segunda prorrogação das Resoluções AGERH Nº 005/2015 e Nº 006/2015, frente ao prolongamento da Escassez Hídrica em rios de domínio do Estado do Espírito Santo
	Resolução AGERH Nº 018, de 7 de dezembro de 2015	Dispõe sobre a exclusão da bacia do Rio São João Grande das restrições constantes das Resoluções AGERH Nº 005/2015, Nº 006/2015 e Nº 015/2015 visando priorizar a dessedentação humana no contexto do Cenário de Alerta vigente em todas as bacias hidrográficas de rios de domínio do Estado do Espírito Santo
	Resolução AGERH Nº 019, de 10 de dezembro de 2015	Dispõe sobre a homologação do Acordo de Cooperação Comunitária (ACC) da Bacia do Rio São José
	Resolução AGERH Nº 020, de 18 de dezembro de 2015	Dispõe sobre a segunda prorrogação das Resoluções AGERH Nº 005/2015 e Nº 006/2015, frente ao prolongamento da Escassez Hídrica em rios de domínio do Estado do Espírito Santo

Abrangência	Legislação	Disposições e Observações
	Resolução AGERH Nº 021, de 8 de janeiro de 2016	Dispõe sobre a homologação dos Acordos de Cooperação Comunitária (ACC) nas Bacias dos Rios Itapemirim, Jucu e Santa Maria da Vitória
	Resolução AGERH Nº 022, de 19 de janeiro de 2016	Dispõe sobre a quarta prorrogação das Resoluções AGERH Nº 005/2015 e Nº 006/2015, frente ao prolongamento da Escassez Hídrica em rios de domínio do Estado do Espírito Santo e dá outras providências
	Resolução AGERH Nº 023, de 19 de janeiro de 2016	Dispõe sobre a exclusão da bacia hidrográfica do Rio Pancas do quadro de locais de situação extremamente crítica, alterando o Quadro que compõe o Anexo Único da Resolução AGERH Nº 006/2015
	Resolução AGERH Nº 024, de 17 de fevereiro de 2016	Dispõe sobre a quinta prorrogação das Resoluções AGERH Nº 005/2015 e Nº 006/2015, frente ao prolongamento da Escassez Hídrica em rios de domínio do Estado do Espírito Santo e dá outras providências
	Resolução AGERH Nº 025, de 18 de fevereiro de 2016	Dispõe sobre a exclusão do município de Governador Lindenberg do quadro constante no anexo único da Resolução AGERH Nº 006/2015
	Resolução AGERH Nº 026, de 24 de fevereiro de 2016	Dispõe sobre a inclusão do município de Sooretama no quadro constante no anexo único da Resolução AGERH Nº 006/2015
	Resolução AGERH Nº 027, de 7 de março de 2016	Dispõe sobre a homologação do Acordo de Cooperação Comunitária dos Córregos Socorro e São Sebastião, rios estaduais, situados na bacia do Rio São Mateus, bem como exclui estas localidades das regras vigentes constantes nas Resoluções AGERH Nº 005/2015 e Nº 006/2015 e dá outras providências
	Resolução AGERH Nº 028, de 8 de março de 2016	Dispõe sobre a sexta prorrogação das Resoluções AGERH 005/2015 e 006/2015, frente ao prolongamento da Escassez Hídrica em rios de domínio do Estado do Espírito Santo e dá outras providências
	Resolução AGERH Nº 029 de 29 de março de 2016	Dispõe sobre autorização para perfuração de poços tubulares (artesianos), excepcionalmente para fins de abastecimento humano e animal, em municípios do Estado do Espírito Santo e dá outras providências

Abrangência	Legislação	Disposições e Observações
	Resolução AGERH Nº 030, de 28 de abril de 2016	Dispõe sobre a prorrogação do prazo da Instrução Normativa AGERH Nº 001/2016, e dá outras providências
	Resolução AGERH Nº 031, de 6 de maio de 2016	Dispõe sobre a inclusão dos municípios de Governador Lindenberg e Pancas, na lista de municípios em situação extremamente crítica da Resolução AGERH Nº 006/2015 e homologa Acordos de Cooperação Comunitária (ACC) na Bacia do Rio Itapemirim e na Bacia Hidrográfica do Rio Barra Seca e Foz do Rio Doce
	Resolução AGERH Nº 032, de 9 de maio de 2016	Dispõe sobre a inclusão do município de Rio Bananal na lista de municípios em situação extremamente crítica da Resolução AGERH Nº 006/2015
	Resolução AGERH Nº 033, de 13 de maio de 2016	Dispõe sobre a inclusão do município de Ibirajú na lista de municípios em situação extremamente crítica da Resolução AGERH Nº 006/2015, homologa o Acordo de Cooperação Comunitária (ACC) da Bacia do Rio Santa Maria do Doce e suspende, em alguns trechos / coordenadas, o ACC já homologado nas Microbacias dos rios Preto e Itauninhas
	Resolução AGERH Nº 034, de 1º de junho de 2016	Dispõe sobre a inclusão de município de Pinheiros na lista de municípios em situação extremamente crítica da Resolução AGERH Nº 006/15; homologa os ACCs das microbacias do Córrego Montanha e Rio Itaúnas e entre o Comitê da Bacia Hidrográfica do Litoral Centro Norte, FIBRIA CELULOSE S/A e o Município de Aracruz
	Resolução AGERH Nº 035, de 3 de junho de 2016	Prorroga a vigência das Resoluções AGERH Nº 005/15 e Nº 006/2015 por 60 dias de forma a manter o Cenário de Alerta frente ao prolongamento da escassez hídrica em rios de domínio do Estado do Espírito Santo
	Resolução AGERH Nº 036, de 10 de junho de 2016	Dispõe sobre a inclusão do município de Fundão na lista de municípios em situação extremamente crítica da Resolução AGERH Nº 006/2015. Homologa Acordo de Cooperação Comunitária (ACC) na Bacia Hidrográfica do Rio Itapemirim
	Resolução AGERH Nº 037, de 1º de agosto de 2016	Edita, atualiza e prorroga a Resolução AGERH Nº 005/2015, de forma a manter o Cenário de Alerta frente ao prolongamento da Escassez Hídrica em rios de domínio do Estado do Espírito Santo
	Resolução AGERH Nº 038, de 1º de agosto de 2016	Dispõe sobre uso prioritário para dessedentação humana e animal no contexto do Cenário de Alerta vigente em todas as bacias hidrográficas de domínio estadual, além de editar, atualizar e prorrogar a Resolução AGERH Nº 006/2015

Abrangência	Legislação	Disposições e Observações
	Resolução AGERH Nº 039, de 8 de julho de 2016	Dispõe sobre alteração do Plano de Aplicação de recursos para o Exercício 2016/2017 e dá outras providências
	Resolução AGERH Nº 040, de 23 de agosto de 2016	Homologa os seguintes ACCs: ACC da microbacia do Córrego Belo Horizonte; ACC da microbacia do Córrego Paraíso; ACC da Sub-Bacia do Rio Cinco de Novembro; ACC da bacia hidrográfica do Rio Piraquê-açu; ACC ESPECÍFICO (industrial), da bacia hidrográfica do Rio Piraquê-açu; ACC da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Joana; ACC ESPECÍFICO (industrial) da Bacia Hidrográfica dos Rios Barra Seca e Foz do Rio Doce; e ACC das microbacias do Rio Preto do Norte e do Rio itauninhas. Revoga o ACC existente no âmbito da bacia hidrográfica dos Córregos Socorro e São Sebastião, na bacia do Rio São Mateus. Atualiza a lista de municípios em situação extremamente crítica da Resolução AGERH nº038/16, incluindo Vila Pavão
	Resolução AGERH Nº 041, de 26 de agosto de 2016	Homologa os seguintes ACCs: ACC das Microbacias do Rio Novo e ACC das Microbacias do Córrego Quinze de Novembro. Reestabelece o ACC firmado entre o CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce. Suspende o ACC da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Joana
	Resolução AGERH Nº 042, de 6 de setembro de 2016	Insere os seguintes territórios de municípios em situação extremamente crítica da Resolução AGERH Nº 038/16: Apiacá (Córrego Trindade e Córrego Olaria) e Fundão (Ribeirão Braço do Norte); os territórios dos Municípios de Marechal Floriano e Domingos Martins que drenam para a bacia de captação da CESAN que abastece a porção sul da Grande Vitória; e territórios dos Municípios de Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá, que drenam para a captação da CESAN que abastece a porção norte da Grande Vitória
	Resolução AGERH Nº 043, de 23 de setembro de 2016	Insere os seguintes territórios de municípios em situação extremamente crítica da Resolução AGERH Nº 038/2016: territórios do município de Apiacá que drenam para o Córrego Trindade e para o Córrego Olaria bem como do município de Fundão que drenam para o Ribeirão Braço do Norte; municípios de Domingos Martins, Marechal Floriano, Viana e os territórios dos municípios de Cariacica e Vila Velha, inseridos na bacia hidrográfica do rio Jucu, que drenam para as bacias de captação da CESAN que abastecem as sedes e os distritos destes municípios, particularmente a porção sul da Grande Vitória; município de Santa Maria de Jetibá e os territórios dos municípios de Cariacica, Santa Leopoldina e Serra, inseridos na bacia hidrográfica do rio Santa Maria da Vitória, que drenam para as bacias de captação da CESAN que abastecem as sedes e os distritos destes municípios, particularmente a porção norte da Grande Vitória

Abrangência	Legislação	Disposições e Observações
	Resolução AGERH N°044, de 4 de outubro de 2016	Homologa os seguintes ACCs: Acordo de Cooperação Comunitária (ACC) entre o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Novo e o Consórcio Construtor AMARCO; entre o CBH Litoral Centro Norte, Taboal Terraplanagem e Locação de Máquinas Ltda. e o SAAE-Aracruz; entre o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jucu, Prefeitura Municipal de Domingos Martins, Prefeitura Municipal de Marechal Floriano, Cooperativa de Empreendedores Rurais de Domingos Martins (COOPRAM), Sindicato Rural Patronal de Domingos Martins e Marechal Floriano, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Domingos Martins e Marechal Floriano, Associação dos Avicultores do Estado do Espírito Santo e Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), para a manutenção prioritária do abastecimento humano e animal, em toda a bacia hidrográfica do Rio Jucu Insere os seguintes territórios/municípios em situação extremamente crítica: Pedro Canário e o distrito de Braço do Rio, município de Conceição da Barra
	Resolução AGERH N° 045, de 26 de outubro de 2016	Homologa os seguintes ACCs: entre o CBH Rio São Mateus, Usuários do Córrego Mantenhina e demais afluentes, Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mantenópolis, Sindicato dos Produtores Rurais de Mantenópolis, Coordenação Municipal da Defesa Civil, Associação de Produtores Rurais do Córrego Mantenhina, Associação do Assentamento Irmã Dorothea, Associação de Produtores rurais do Córrego Alto Mantenhina, IDAF e INCAPER e entre o CBH Rio Santa Maria da Vitória, Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN), Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria de Jetibá, Coordenação Municipal da Defesa Civil, Associação de Bombeiros voluntários de Santa Maria de Jetibá, Associação dos Avicultores do Estado do ES, Cooperativa dos agricultores Familiares (CAF-SERRANA), SICOOB-Santa Maria de Jetibá, Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), Faculdade da Região Serrana, Sindicato Rural de Santa Maria de Jetibá
	Resolução AGERH N° 046, de 21 de novembro de 2016	Dispõe sobre a retirada dos lacres e suspensão temporária da Resolução AGERH N° 038/2016
	Resolução AGERH N° 047, de 28 de dezembro de 2016	Dispõe sobre a revogação do estado de Alerta em todo o Estado do Espírito Santo
	Resolução AGERH N° 048, de 28 de dezembro de 2016	Dispõe sobre a prorrogação do prazo da Instrução Normativa AGERH N° 001/2016, que institui procedimentos e critérios para requerimento e obtenção da Declaração de Uso de Água Subterrânea no Estado do Espírito Santo, regulamenta os usos já existentes de recursos hídricos subterrâneos e a futura obrigatoriedade de requerimento do instrumento de Outorga

Abrangência	Legislação	Disposições e Observações
	Resolução AGERH Nº 049, de 10 de janeiro de 2017	Reestabelece o Cenário de Alerta quanto aos usos dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas do Estado do Espírito Santo frente ao retorno de escassez hídrica nos rios de domínio do Estado do Espírito Santo
	Resolução AGERH Nº 050, de 31 de março de 2017	Prorroga o prazo limite para o início da vigência da Instrução Normativa AGERH 002/2017 e prorroga o prazo limite para o cadastramento de uso de água subterrânea prevista na Resolução AGERH 048/2016, em todo o território do Estado do Espírito Santo
	Resolução AGERH Nº 051, de 10 de abril de 2017	Suspende o ACC vigente em Pinheiros/ES, a montante da captação da CESAN
	Resolução AGERH Nº 052, de 16 de maio de 2017	Suspende o ACC vigente do CBH Itaúnas
	Resolução AGERH Nº 053, de 01 de junho de 2017	Dispõe sobre a Repactuação do Acordo de Cooperação Comunitária do CBH Itaúnas – Porção Hidrográfica da Micro Bacia do Rio Itauninhas
	Resolução AGERH Nº 054, de 30 de julho de 2017	Dispõe sobre Homologação de Acordo de Cooperação Comunitário (ACC)
	Resolução AGERH Nº 055, de 14 de julho de 2017	Dispõe sobre a suspensão do cenário de Alerta, suspende restrições e não altera os ACC's vigentes

**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**



SEAMA

*Secretaria do Estado do Meio
Ambiente e Recursos Hídricos*

AGERH

*Agência Estadual de
Recursos Hídricos*